

Nota técnica NEMEA

Efeitos econômicos negativos da crise do coronavírus tendem a afetar mais a renda dos mais pobres

Edson Paulo Domingues¹

Débora Freire²

Aline Souza Magalhães³

Mesmo antes dos eminentes impactos econômicos negativos que podem ocorrer com o espraiamento do COVID-19, a economia brasileira já apresentava dificuldades no processo de recuperação econômica, com baixo crescimento e dificuldades de reaquecer o mercado de trabalho. No fim de 2019, a taxa de desemprego era de 11,9%.

Com a chegada do COVID-19 e os impactos diretos e indiretos que potencialmente ocorrerão (queda da demanda, paralisação de atividades produtivas, redução de investimentos, queda no comércio mundial e redução de exportações, instabilidade nos mercados financeiros) é esperado que, neste ano, o crescimento do PIB novamente decepcione (podendo até mesmo ser negativo) e que o desemprego aumente.

Uma questão importante a se analisar e, em geral, pouco destacada, é que a queda no emprego afeta indivíduos, ou famílias, de forma heterogênea. Neste momento, onde é imprescindível pensar ações de enfrentamento por parte do poder público, é fundamental avaliarmos como se dão esses efeitos.

Projetamos os impactos de queda em 0,1% sobre o emprego da economia brasileira sobre a renda disponível das famílias, por 11 classes de renda. Para tal, utilizamos o modelo BRIGHT, um modelo de simulação, apresentado na Tese de Doutorado da Prof. Débora Freire, vencedora do Prêmio BNDES de Economia em 2018. Este modelo conecta setores produtivos, famílias, Governo, setor externo e capta a distribuição da renda gerada pelos setores produtivos e as transferências governamentais às famílias no Brasil.

As projeções apontam que a queda de -0,14% no PIB se relaciona a -0,11% no emprego da economia brasileira, o que teria um efeito de -0,117% na renda disponível das famílias. Estes resultados podem ser usados para parametrizar outros cenários de queda de atividade. Por exemplo, a queda de 1% no emprego se relacionaria a -1,4% no PIB e -1,1% na renda disponível.

¹ Professor Associado no Cedeplar/UFMG.

² Professora Adjunta no Cedeplar/UFMG.

³ Professora Adjunta no Cedeplar/UFMG.

Ver

<https://www.americanprogress.org/issues/economy/news/2020/03/13/481765/coronavirus-economic-emergency-requiring-forceful-well-targeted-response/>

Mais importante que estes números é o resultado de cenários recessivos sobre os diferentes grupos de famílias, como mostra a Tabela 1.

Tabela 1: Efeito na renda disponível das famílias por classe de renda

| FAMÍLIAS | 2020 |
|-----------------|-------------|
| H1 | -0.14 |
| H2 | -0.14 |
| H3 | -0.131 |
| H4 | -0.118 |
| H5 | -0.117 |
| H6 | -0.115 |
| H7 | -0.107 |
| H8 | -0.108 |
| H9 | -0.112 |
| H10 | -0.117 |
| H11 | -0.122 |
| TOTAL | -0.117 |

Fonte: Resultados das simulações.

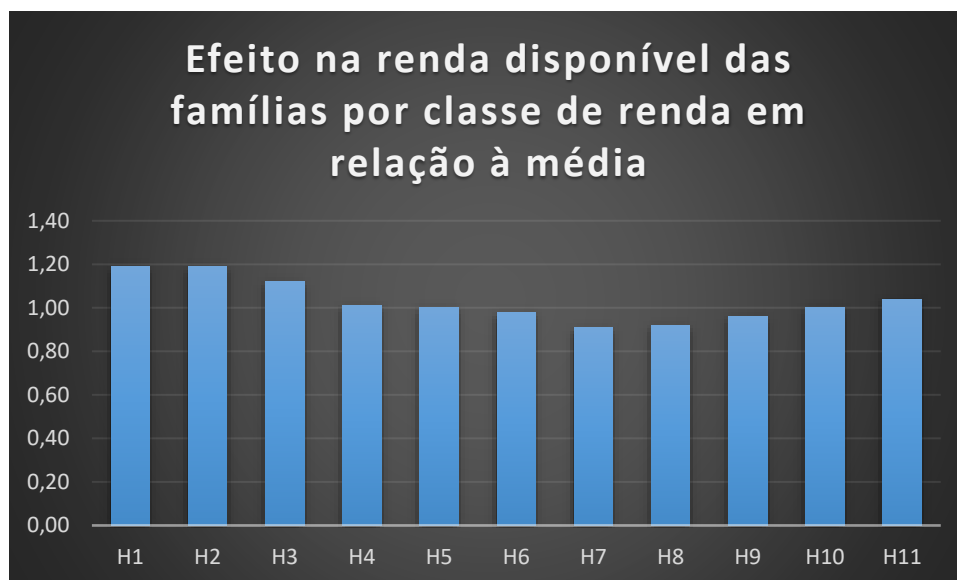
Nota: H1 – 0 a 1 salário mínimo (s.m.); H2 – 1 a 2 s.m.; H3 – 2 a 3 s.m.; H4- 3 a 5 s.m.; H5 – 5 a 6 s.m.; H6 – 6 a 8 s.m.; H7 – 8 a 10 s.m.; H8 - 10 a 15 s.m.; H9 – 15 a 20 s.m.; H10 – 20 a 30 s.m.; H11 –acima de 30 s.m.

Se analisamos o efeito em cada classe de renda em relação ao efeito médio, no entanto, observamos que famílias mais pobres (H1) tem efeito negativo 20% maior que a média. Famílias de classes média e alta tendem a perder menos e próximo à média.

Gráfico 1: Efeito na renda disponível das famílias por classe de renda em relação à média

Ver

<https://www.americanprogress.org/issues/economy/news/2020/03/13/481765/coronavirus-economic-emergency-requiring-forceful-well-targeted-response/>



Fonte: Resultados das simulações.

Nota: H1 – 0 a 1 salário mínimo (s.m.); H2 – 1 a 2 s.m.; H3 – 2 a 3 s.m.; H4- 3 a 5 s.m.; H5 – 5 a 6 s.m.; H6 – 6 a 8 s.m.; H7 – 8 a 10 s.m.; H8 - 10 a 15 s.m.; H9 – 15 a 20 s.m.; H10 – 20 a 30 s.m.; H11 –acima de 30 s.m.

Esses resultados mostram a necessidade de se pensar ações de enfretamento focalizadas nos mais pobres, que absorvem o efeito mais pronunciado de uma redução da atividade econômica e, conseqüentemente, do emprego.

Para além dos efeitos mostrados pelos resultados do modelo, há de se considerar a maior vulnerabilidade das classes mais baixas de renda, que dependem fundamentalmente de transporte público, vivem em condições precárias e grande parte estão na informalidade.

Economistas tem argumentando a favor de pagamentos diretos para pessoas, sem reembolso, como uma das medidas anticíclicas necessárias neste contexto de crise, especialmente para famílias mais pobres. Gregory Mankiw apontou que o governo americano deveria enviar, o quanto antes, cheques de US\$1.000 para o alívio dos mais pobres no país⁴. O Governo de Portugal também anunciou que garantiria a renda de profissionais autônomos que não possam trabalhar devido a medidas de restrições de deslocamentos ou acompanhamento de crianças, que não podem ir a escolas (as aulas em Portugal foram suspensas por tempo indeterminado)⁵.

⁴ Ver <https://www.americanprogress.org/issues/economy/news/2020/03/13/481765/coronavirus-economic-emergency-requiring-forceful-well-targeted-response/>

⁵ Ver <https://www.idealista.pt/news/financas/economia/2020/03/13/42723-portugal-sobrevivera-ao-coronavirus-as-medidas-de-choque-do-governo>

Ver

<https://www.americanprogress.org/issues/economy/news/2020/03/13/481765/coronavirus-economic-emergency-requiring-forceful-well-targeted-response/>

A economista e Professora Mônica de Bolle, apontou em sua página algumas medidas que considera necessárias para o Brasil: 1) Alocação de quantos recursos forem necessários para o SUS; 2) Aumento da dotação de recursos para o Bolsa Família; 3) Renda básica universal para vulneráveis mais impactados: informais, idosos vulneráveis, pessoas em trabalho precário; 3) aumento da liquidez e recursos para pequenas e médias empresas via BNDES; 4) Investimento em infraestrutura para sustentação da demanda de forma mais imediata.

Para isso, seria necessário a flexibilização da meta fiscal e suspensão temporária do teto de gastos (Segundo De Bolle, por 2 anos). A economista frisa que o efeito de uma depressão pode ser ainda mais deletério para o próprio equilíbrio fiscal do que um aumento da relação dívida/PIB no curto prazo, em um contexto de juros baixos, para fazer frente à eminente ruptura e crise.

Nossas projeções de impactos na renda das famílias advindos da queda do emprego reiteram essa análise e colocam como central as medidas de proteção social dos mais vulneráveis e o estímulo à demanda via Investimento público. Já defendíamos o aprimoramento da regra do teto de gastos, com um subteto para o investimento e com a garantia de vinculação e progressividade dos gastos com saúde e educação pública, antes do efeito COVID-19. Em 2019, apontamos em um estudo projeções de aumento da desigualdade por conta do teto. Diante do atual contexto, reiteramos nossa posição. Acreditamos que há amplo espaço para debatermos a melhor forma de se fazer isso.

Discussões dogmáticas a respeito do Estado versus Setor privado tem que dar espaço, no momento, para medidas efetivas de contenção dos efeitos deletérios da crise. A consolidação de regras fiscais e de reformas estruturais é muito importante para o Brasil, mas, neste momento, o ajuste precisa ser gradual. O desenvolvimento de instrumentos de fiscalização e de aprimoramento do gasto público, que aumentem sua eficiência, é fundamental e deve ser implementado concomitantemente nesse processo. Isso não significa exaurir a capacidade do Estado em fazer política contracíclica, redistribuir renda e proteger os mais vulneráveis. No caso do coronavírus e da possível recessão econômica não é possível abdicar de uma política fiscal ativa, especialmente nas condições atuais de desemprego da economia brasileira.

Ver

<https://www.americanprogress.org/issues/economy/news/2020/03/13/481765/coronavirus-economic-emergency-requiring-forceful-well-targeted-response/>